



**CR Almeida**

CR Almeida S/A - Engenharia de Obras



# *Relatório de Auditoria*

*Demonstrações Financeiras em  
31 de dezembro de 2021*

Rua Almirante Tamandaré, nº 738 - 3º andar  
Alto da XV - CEP 80045-170 - Curitiba - PR  
Tel: +55 (41) 3016-8871

[moorecwb@moorebrasil.com.br](mailto:moorecwb@moorebrasil.com.br)  
[www.moorebrasil.com.br](http://www.moorebrasil.com.br)



## Índice

Relatório da administração .....	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	04
Balanço patrimonial .....	07
Demonstração do resultado .....	08
Demonstração do resultado abrangente .....	08
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	09
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto .....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	11

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Curitiba, 20 de maio de 2022.

A Administração.

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ilmos Srs.  
Administradores e Acionistas da  
CR Almeida S/A - Engenharia de Obras

### ***Opinião com ressalva***

---

Examinamos as demonstrações financeiras da CR Almeida S/A - Engenharia de Obras, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CR Almeida S/A - Engenharia de Obras em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### ***Base para opinião com ressalva***

---

Conforme descrito na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, existem processos correspondentes a ações civis pública de improbidade administrativa e inadimplemento contratual promovidos por Ministérios Públicos Federal e Estaduais, bem como por Estados que foram avaliadas pelos consultores legais e pela Administração como perdas possíveis e, portanto, segundo as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), não é requerida a constituição de provisão para perdas uma vez que não reúnem todas as características para o seu registro, havendo, inclusive, incertezas quanto a apuração dos valores dos possíveis passivos contingentes. Assim, considerando inclusive a expressividade de valores envolvidos, não obtivemos evidências de auditoria suficientes para concluir sobre possíveis efeitos nas demonstrações financeiras e nas divulgações adicionais que poderiam ser requeridas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### ***Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional***

---

Chamamos a atenção para as demonstrações financeiras que indicam que as receitas de atividades operacionais vêm sofrendo reduções significativas com a consequente acumulação de prejuízos nas operações e, ainda, apresentam um excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes na ordem de R\$ 44.052 mil, fatos que dificultam sobremaneira, inclusive, a participação em futuras licitações. Adicionalmente, conforme comentado na nota explicativa nº 10.a às demonstrações financeiras, existem discussões judiciais de valores relevantes e que incluem a penalidade relacionada com a proibição de, entre outras, contratar com o Poder Público. Estas situações requerem que a administração envide esforços para a retomada das atividades e correspondente aporte de recursos por parte dos controladores, garantindo

assim, a sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa incerteza. Nossa opinião não contém ressalva quanto a este assunto.

### ***Ênfase***

---

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para fato de que a Companhia, conforme mencionado na Nota Explicativa 05.b, possui créditos a receber do Governo do Estado do Paraná, cedidos por empresa ligada sem cláusulas de atualização monetária, e que decorrem de direitos indenizatórios. A realização efetiva desses créditos depende da conclusão de procedimentos junto a Vara Cível competente, principalmente no que se refere a distribuição dos valores para os beneficiários de cessões anteriormente realizadas. Da mesma forma, conforme mencionado na Nota Explicativa 05.c, a Companhia possui créditos a receber junto ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Maranhão (DER/MA) resultantes da condenação daquele órgão em Ação de Indenização que ainda dependem de decisão definitiva quanto a cálculos de atualização e sua conseqüente realização.

### ***Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor***

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### ***Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras***

---

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 20 de maio de 2022.

**MOORE CWB**  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC.PR 005.174/O-5

Diemerson do Nascimento  
Contador  
CRC PR-060-422/O-7

	Nota	2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa .....	04	2.959.688,24	2.108.505,98
Contas a receber .....	05	44.427.831,49	47.087.996,61
Estoques .....	-	1.977.757,85	1.977.757,85
Adiantamentos a fornecedores e subempreiteiros .....	-	2.604.986,70	5.855.474,35
Tributos e contribuiões a recuperar .....	-	3.376.050,19	3.184.884,09
Transaões com consorciadas .....	12.a	14.404.423,02	13.611.296,14
Despesas antecipadas .....	-	1.011.920,41	1.153.352,93
Outros ativos .....	-	457.758,24	440.894,18
		<b>71.220.416,14</b>	<b>75.420.162,13</b>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber .....	05	168.388.253,08	168.388.253,08
Créditos com pessoas ligadas .....	11	-	23.884.474,59
Depósitos para recursos .....	-	3.602.921,15	3.658.707,75
Despesas antecipadas .....	-	41.549,91	405.964,92
Outros ativos .....	-	560.422,84	558.721,82
Imobilizado .....	06	340.123,44	509.030,57
Intangível .....	-	12.386,31	22.130,34
		<b>172.945.656,73</b>	<b>197.427.283,07</b>
<b>Total do Ativo .....</b>		<b>244.166.072,87</b>	<b>272.847.445,20</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores e subempreiteiros .....	07	26.846.367,03	55.098.997,66
Obrigaões fiscais, sociais e trabalhistas .....	08	9.412.986,24	9.725.308,73
Adiantamentos de clientes .....	09	77.926.386,45	76.170.910,76
Transaões com consorciadas .....	12.b	1.086.976,30	1.129.950,81
		<b>115.272.716,02</b>	<b>142.125.167,96</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores e subempreiteiros .....	07	-	154.280,72
Obrigaões fiscais, sociais e trabalhistas .....	08	3.037.601,41	1.448.395,53
Imposto de renda e contribuiao social diferidos .....	18.a2	12.385,04	12.290,22
Provisões para contingências .....	10	78.640.203,11	31.339.044,94
Débitos com pessoas ligadas .....	11	25.127.945,78	-
Outros passivos .....	-	390.106,85	390.106,97
		<b>107.208.242,19</b>	<b>33.344.118,38</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social .....	13.a	42.805.353,16	517.277.632,19
Ajustes de avaliação patrimonial .....	13.b	24.036,30	23.852,20
Prejuízos acumulados .....	-	(21.144.274,80)	(419.923.325,53)
		<b>21.685.114,66</b>	<b>97.378.158,86</b>
<b>Total do Passivo .....</b>		<b>244.166.072,87</b>	<b>272.847.445,20</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado



Exercícios findos em 31 de Dezembro  
Valores Expressos em Reais

	Nota	2021	2020
Receita líquida das atividades operacionais .....	14	9.305.878,38	4.118.550,21
Custo das atividades operacionais .....	15	(54.197.028,95)	(17.413.001,21)
<b>Prejuízo bruto .....</b>		<b>(44.891.150,57)</b>	<b>(13.294.451,00)</b>
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas gerais e administrativas .....	15	(38.291.379,95)	(22.585.150,39)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas .....	16	(449.851,51)	21.265.005,65
		<b>(38.741.231,46)</b>	<b>(1.320.144,74)</b>
<b>Prejuízo antes dos efeitos financeiros .....</b>		<b>(83.632.382,03)</b>	<b>(14.614.595,74)</b>
Receitas financeiras .....	17	7.927.195,27	1.505.602,91
Despesas financeiras .....	17	12.237,38	(2.431.625,90)
<b>Prejuízo antes da tributação do imposto de renda e da contribuição social .....</b>		<b>(75.692.949,38)</b>	<b>(15.540.618,73)</b>
Imposto de renda e contribuição social .....	18.a3	(94,82)	282.843,85
<b>Prejuízo líquido do exercício .....</b>		<b>(75.693.044,20)</b>	<b>(15.257.774,88)</b>

## Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de Dezembro  
Valores Expressos em Reais

	Nota	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício .....		(75.693.044,20)	(15.257.774,88)
Outros resultados abrangentes:			
. Realização de ajustes de avaliação patrimonial .....	13.b	(184,10)	549.049,73
<b>Resultado abrangente do período .....</b>		<b>(75.693.228,30)</b>	<b>(14.708.725,15)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



Exercícios findos em 31 de Dezembro  
Valores Expressos em Reais

Mutações	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b> .....	<b>517.277.632,19</b>	<b>572.901,93</b>	<b>(405.214.600,38)</b>	<b>112.635.933,74</b>
Realização de ajustes de avaliação patrimonial .....	-	(549.049,73)	549.049,73	-
Prejuízo líquido do exercício .....	-	-	(15.257.774,88)	(15.257.774,88)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b> .....	<b>517.277.632,19</b>	<b>23.852,20</b>	<b>(419.923.325,53)</b>	<b>97.378.158,86</b>
Redução de capital para absorção de prejuízos .....	(474.472.279,03)	-	474.472.279,03	-
Realização de ajustes de avaliação patrimonial .....	-	184,10	(184,10)	-
Prejuízo líquido do exercício .....	-	-	(75.693.044,20)	(75.693.044,20)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b> .....	<b>42.805.353,16</b>	<b>24.036,30</b>	<b>(21.144.274,80)</b>	<b>21.685.114,66</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto



Exercícios findos em 31 de Dezembro  
Valores Expressos em Reais

	2021	2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b> .....	<b>(50.158.219,57)</b>	<b>(26.380.368,79)</b>
<b>Prejuízo líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social</b> .....	<b>(75.692.949,38)</b>	<b>(15.540.618,73)</b>
<b>Ajustes por:</b>	<b>47.759.594,61</b>	<b>(11.001.358,72)</b>
. Juros e variações monetárias .....	(7.913.604,89)	933.814,76
. Perdas (Reversão de perdas) em contas a receber .....	10.421.175,44	2.134.950,33
. Ganhos por registro de créditos em discussão a receber .....	(2.127.957,45)	(4.034.206,22)
. Depreciações e amortizações .....	161.989,97	588.634,10
. Provisão para contingências .....	47.301.158,17	1.640.926,13
. Resultado na baixa de ativos não circulantes .....	(83.166,63)	(12.265.477,82)
<b>RESULTADO AJUSTADO DO PERÍODO:</b> .....	<b>(27.933.354,77)</b>	<b>(26.541.977,45)</b>
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>	<b>(25.988.362,70)</b>	<b>6.882.460,68</b>
. Fornecedores e subempreiteiros .....	(28.365.875,30)	4.584.921,66
. Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas .....	238.601,54	(1.454.277,70)
. Adiantamentos de clientes .....	2.181.885,69	5.473.801,27
. Transações com consorciadas .....	(42.974,51)	(1.721.984,55)
. Outros passivos .....	(0,12)	-
<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>	<b>3.763.497,90</b>	<b>(6.720.852,02)</b>
. Contas a receber .....	1.439.710,33	(3.590.481,40)
. Estoques .....	-	841.341,91
. Adiantamentos a fornecedores e subempreiteiros .....	2.893.156,08	696.868,23
. Tributos e contribuições a recuperar .....	(320.746,71)	(709.226,97)
. Transações com consorciadas .....	(793.126,88)	(3.544.346,20)
. Depósitos para recursos .....	57.222,63	(143.020,89)
. Outros ativos .....	487.282,45	(271.986,70)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b> .....	<b>99.827,82</b>	<b>16.247.891,80</b>
. Aquisição de imobilizado .....	(2.988,78)	(31.240,17)
. Venda de ativos não circulantes .....	102.816,60	16.279.131,97
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b> .....	<b>50.909.574,01</b>	<b>10.630.327,46</b>
. Pagamento de empréstimos e financiamentos .....	-	(19.603.422,42)
. Parcelamento de débitos tributários .....	2.237.961,88	1.231.353,46
. Pagamento de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas parceladas .....	(506.278,48)	(342.263,33)
. Operações financeiras com empresas ligadas .....	49.177.890,61	29.344.659,75
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b> .....	<b>851.182,26</b>	<b>497.850,47</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO</b> .....	<b>2.108.505,98</b>	<b>1.610.655,51</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO</b> .....	<b>2.959.688,24</b>	<b>2.108.505,98</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Companhia tem como atividades preponderantes a execução e a exploração de todas as áreas da engenharia e construção.

## 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de maio de 2022.

## 3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

**a Moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira, quando existentes, são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundos da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

### **b Instrumentos financeiros**

**b1 Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada

ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- b2 Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.
- c Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.
- d Contas a receber** - As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos, a perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa. Uma estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.
- e Imobilizado** - Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis (ou ajustado ao valor justo ou custo atribuído - *deemed cost* - para os bens das contas de instalações, máquinas e equipamentos e veículos, com base em laudo de peritos independentes). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para que o item específico tenha o uso pretendido. Reparos e manutenções, incluindo o custo das peças de reposição, somente são ativados quando for provável que os gastos proporcionem futuros benefícios econômicos para a Companhia. Caso contrário, são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, determinadas com base em laudo de peritos independentes, utilizando-se o método linear. No caso de uma indicação de que houve uma mudança significativa no método de depreciação, na vida útil (taxa) ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil estimado for maior do que o valor recuperável por uso ou venda.

- f Intangível** - Ativos intangíveis consistem em projetos e softwares de computador, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados em função do correspondente benefício econômico, ao longo de sua vida útil estimada de cinco a dez anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.
- g Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)** - O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Companhia revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando-se o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.
- h Fornecedores e subempreiteiros** - As contas a pagar aos fornecedores e subempreiteiros são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.
- i Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação.
- j Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** - O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável, às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se existentes, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.
- k Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.
- l Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis a emissão de ações, se ocorridos, são demonstradas em conta redutora do capital, líquido de quaisquer efeitos tributários.
- m Reconhecimento de receitas** - As receitas de obras por empreitada são reconhecidas quando os serviços são prestados. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções e impostos incidentes. A receita financeira é reconhecida com base

no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

**n Partes relacionadas** - Operações de mútuo financeiro com empresas ou pessoas ligadas são registradas pelos seus valores originais acrescidos de rendimentos às taxas contratuais até a data do balanço.

**o Ativos e passivos contingentes** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

**o.1** Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

**o.2** Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**p Segregação entre circulante e não circulante** - As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a 365 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa .....	588.803,24	589.982,36
Bancos conta-movimento .....	75.489,27	976.366,96
Fundos de investimento .....	2.292.147,31	536.004,02
Certificados de depósito bancário .....	8.249.883,26	8.250.820,06
Provisão para perdas .....	(8.246.634,84)	(8.246.634,84)
Debêntures .....	-	1.967,42
	<b>2.959.688,24</b>	<b>2.108.505,98</b>

#### 5 Contas a receber

		2021	2020
Faturas, títulos a receber e serviços executados a faturar .....	(a)	20.272.928,81	21.018.158,76
Créditos de precatórios a receber .....	(b)	38.102.122,67	38.102.122,67
Indenizações judiciais a receber .....	(c)	130.720.643,98	130.720.643,98
Outros valores a receber .....	(d)	23.720.389,11	25.635.324,28
		<b>212.816.084,57</b>	<b>215.476.249,69</b>
Ativo circulante .....		44.427.831,49	47.087.996,61
Ativo não circulante .....		168.388.253,08	168.388.253,08
		<b>212.816.084,57</b>	<b>215.476.249,69</b>

- a Faturas e títulos a receber e serviços executados a faturar** - Representam valores a receber provenientes de faturas emitidas e de medições de serviços realizados ainda não faturados. Os valores a receber são reconhecidos incluindo os valores dos respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e são apresentados líquidos das perdas estimadas que levam em conta a expectativa da administração na efetiva realização dos valores.
- b Créditos de precatórios a receber** - Dos créditos de precatórios a receber, R\$ 30.816 mil correspondem às cessões parciais de créditos que a parte relacionada (CR Almeida S/A - Engenharia e Construções) possui por força de sentenças transitadas em julgado proferidas em ações ordinárias, onde o Estado do Paraná foi condenado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, incluem também, R\$ 7.286 mil correspondentes ao precatório decorrente dos Autos nº. 0000834-41.2017.8.16.7000 junto ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER emitido em 31 maio de 2017.
- c Indenizações judiciais a receber** - Representados por créditos junto ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Maranhão (DER/MA) resultantes da condenação daquele órgão em Ação de Indenização nº 0002140-06.1990.8.10.0001 em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda de São Luis/MA.
- d Outros valores a receber** - Representados por cauções (retenções contratuais) retidas por ocasião do pagamento de faturas de prestação dos serviços, os quais são registrados pelos valores efetivamente retidos e são recuperados quando da conclusão das obras. Incluem também valores de numerários a receber junto à consórcios nas quais a Companhia participa e também de suas consorciadas. Referidos valores são apresentados líquidos das perdas estimadas que levam em conta a expectativa da administração na efetiva realização dos valores

## 6 Imobilizado

	Taxas médias de depreciação - %	2021			2020
		Custo	Depreciações Acumuladas	Líquido	Líquido
Hardwares .....	0 a 100	2.454.555,23	2.416.006,07	38.549,16	68.822,58
Máquinas, equipamentos e veículos ...	6,67 a 66,67	646.124,28	571.813,80	74.310,48	151.959,15
Móveis e utensílios .....	8,33 a 20	804.056,95	582.175,82	221.881,13	280.139,19
Edificações e instalações .....	4 a 20	19.792,49	16.315,92	3.476,57	5.889,83
Outros .....	10	4.042,43	2.136,33	1.906,10	2.219,82
		<b>3.928.571,38</b>	<b>3.588.447,94</b>	<b>340.123,44</b>	<b>509.030,57</b>

## 7 Fornecedores e subempreiteiros

	2021	2020
Fornecedores .....	2.303.207,23	5.204.419,43
Subempreiteiros .....	11.170.216,39	36.224.291,72
Empresas ligadas .....	10.053.257,01	10.053.257,01
Cauções Contratuais .....	3.319.686,40	3.771.310,22
	<b>26.846.367,03</b>	<b>55.253.278,38</b>
Passivo circulante .....	26.846.367,03	55.098.997,66
Passivo não circulante .....	-	154.280,72
	<b>26.846.367,03</b>	<b>55.253.278,38</b>

## 8 Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2021	2020	2021	2020
<b>Sociais e Trabalhistas</b>				
. Débitos Correntes .....	814.409,77	919.654,94	-	-
	<b>814.409,77</b>	<b>919.654,94</b>	-	-
<b>Fiscais</b>				
. Débitos Correntes .....	6.343.855,30	5.896.672,54	-	-
. Débitos Diferidos .....	1.216.636,12	2.055.438,18	-	-
. Débitos Parcelados .....	1.038.085,05	853.543,07	3.037.601,41	1.448.395,53
	<b>8.598.576,47</b>	<b>8.805.653,79</b>	<b>3.037.601,41</b>	<b>1.448.395,53</b>
	<b>9.412.986,24</b>	<b>9.725.308,73</b>	<b>3.037.601,41</b>	<b>1.448.395,53</b>

## 9 Adiantamentos de clientes

Os saldos incluem R\$ 65.620 mil (R\$ 60.564 mil em 31 de dezembro de 2020) correspondentes a valores recebidos a título de adiantamentos no Consórcio Colíder, na qual a Companhia participa com 50%, concedidos pela contratante Copel Geração e Transmissão S/A. Sobre esses adiantamentos, existem discussões, inclusive judiciais, para a cobrança dos valores despendidos (adiantados) pela contratante em decorrência da situação financeira de empresa consorciada em fase de recuperação judicial. A Ação promovida pela Copel já foi parcialmente julgada, determinando o juízo responsabilizar os membros consorciados a arcar com os aportes e prejuízos causados em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas pela consorciada Wind Power Energia S/A, em virtude do estado de recuperação judicial. Trata-se de condenação solidária e, tendo em vista a insolvência das consorciadas WPE e Engevix, a Companhia pode vir a ser obrigada a arcar com até 50% do valor da condenação, com os outros 50% suportados pela outra consorciada.

## 10 Provisões para contingências

		2021	2020
Cíveis .....	(a)	61.518.636,38	15.973.984,08
Trabalhistas .....	(b)	11.241.744,28	10.351.924,20
Fiscais .....	(c)	5.879.822,45	5.013.136,66
		<b>78.640.203,11</b>	<b>31.339.044,94</b>

### a Cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos. A Companhia tem outras diversas contingências de natureza cível avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, segundo as regras estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), sem constituição de provisão uma vez que não reúnem todas as características para o seu registro, cujo montante total é de R\$ 4.511.173 mil (R\$ 1.069.273 mil em 31 de dezembro de 2020). Dessas contingências possíveis passivas destacam-se as seguintes principais:

- (i) **Ministério Público Federal x CR Obras** - Processo nº 5014974-04.2019.4.03.6100 correspondente a Ação de Improbidade Administrativa decorrente das investigações realizadas no âmbito da Força Tarefa da Operação Lava Jato de São Paulo, relacionadas a condutas ilícitas de abuso de poder econômico que, supostamente, teriam causado a eliminação da concorrência, mediante prévio acordo, ajuste de preços e aliança entre os ofertantes visando ao controle regionalizado do mercado, bem como relacionadas à frustração do caráter competitivo de certames e a pagamentos de vantagens indevidas a agentes públicos no bojo dos mesmos procedimentos licitatórios e contratos abarcados pelo cartel. Visa a condenação dos envolvidos por supostos atos de improbidade administrativa no âmbito da Concorrência Pública de n.º 003/2005 da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A (construção do Rodoanel) e de licitações para obras do Sistema Viário do Município de São Paulo (SP). Tendo em vista a natureza da demanda não é possível estimar valores decorrentes de perda na causa. O valor atualizado atribuído à causa é de R\$ 692.541 mil e sobre o qual deveria se mensurar possíveis honorários de sucumbência, segundo os critérios previstos pelo CPC/2015, conforme as variadas faixas estabelecidas no art. 85, §3º.
- (ii) **Estado do Mato Grosso x Consórcio VLT** - Processo nº 1008890-72.2021.4.01.3600 corresponde Ação de Ressarcimento ao Erário por meio da qual o Estado do Mato Grosso pretende obter do Consórcio VLT Cuiabá - Várzea Grande o ressarcimento por supostos prejuízos materiais e morais derivados da rescisão contratual e da troca de modal operada. Considerando a natureza do pleito não é possível estimar valores de perdas a serem suportados em caso de derrota na ação. Em caso de se entender possível responsabilizar o Consórcio, caberá ao julgador a definição desses valores, de acordo com as balizas que entender pertinentes. O valor atualizado atribuído à causa é de R\$ 1.399.547 mil e sobre o qual deveria se mensurar possíveis honorários de sucumbência, segundo os critérios previstos pelo CPC/2015, conforme as variadas faixas estabelecidas no art. 85, §3º.
- (iii) **Ministério Público do Estado do Mato Grosso x Consórcio VLT** - Processo nº 0018861-45.2014.4.01.3600 corresponde Ação Civil Pública que visa condenar as pessoas físicas e jurídicas responsáveis pela implantação do modal de transporte urbano Veículo Leve sobre Trilho (VLT) em Cuiabá/MT e Várzea Grande/MT a reparar os danos morais coletivos experimentados pela sociedade do Mato Grosso nos últimos 03 (três) anos. Busca-se a condenação do Consórcio e dos antigos gestores de Mato Grosso ao pagamento de danos morais "a serem arbitrados pelo juízo". O Ministério Público apresenta uma estimativa bastante abstrata para o que entende devido e atribui tal valor à causa. No entanto, considerando a natureza do pleito, não é possível estimar valores de perdas a serem suportados em caso de derrota na ação. Em caso de se entender possível responsabilizar o Consórcio, caberá ao julgador a definição desses valores, de acordo com as balizas que entender pertinentes. O valor atualizado atribuído à causa é de R\$ 225.713 mil e sobre o qual deveria se mensurar possíveis honorários de sucumbência, segundo os critérios previstos pelo CPC/2015, conforme as variadas faixas estabelecidas no art. 85, §3º.
- (iv) **Estado do Mato Grosso x Consórcio VLT** - Processo nº 0017193-68.2016.4.01.3600 corresponde a Ação de Improbidade Administrativa promovida pelo Estado do Mato Grosso ação na qual se aponta a existência de jogo de cronograma, com violação de regras do edital pelos agentes públicos e que, portanto, teriam corroborado com ilícito, bem como a elaboração de alterações indevidas e ilegais na minuta do contrato em relação à proposta que originalmente constou do edital. Busca-se com a ação, a condenação do Consórcio as sanções de multa (da Lei de Improbidade), reparação de danos materiais não quantificados, com menção inclusive àqueles "apurados no curso da ação", reparação de danos morais e honorários. Sendo assim, considerando a natureza da ação, não é possível estimar valores de perdas a serem suportados em caso de derrota. Em caso de se entender possível responsabilizar o Consórcio, caberá ao julgador a definição desses valores, de acordo com as balizas

que entender pertinentes. O valor atualizado atribuído à causa é de R\$ 1.692.164 mil e sobre o qual deveria se mensurar possíveis honorários de sucumbência, segundo os critérios previstos pelo CPC/2015, conforme as variadas faixas estabelecidas no art. 85, §3º.

Importante mencionar que, ao mesmo tempo em que existem processos contra o Consórcio VLT, o Consórcio move as ações em seu favor, conforme a seguir:

- (v) **Consórcio VLT x Estado do Mato Grosso** - Processo nº 1018564-40.2019.8.11.0041 correspondente a Ação de Cobrança de valores devidos pela execução do contrato de obras do VLT de Cuiabá/Várzea Grande, empreendimento para o qual o Consórcio foi contratado. Trata-se de parcelas de medições de outubro e novembro de 2014, cujos valores já foram medidos e aprovados, mas não liberados. O valor atualizado das medições cobradas na ação é de R\$ 26.538 mil.
- (vi) **Consórcio VLT x Estado do Mato Grosso** - Processo nº 1054131-35.2019.8.11.0041 correspondente a Ação de Cobrança de valores devidos pela execução do contrato de obras do VLT de Cuiabá/Várzea Grande, empreendimento para o qual o Consórcio foi contratado. Trata-se de valores contratualmente previstos, inerentes a reajustamento de preços, variação cambial e atualização monetária pelos atrasos. Os valores atualizados cobrados na ação são de R\$ 273.803 mil.

Dos processos acima elencados, não houve durante o exercício de 2020 evoluções relevantes que pudessem indicar a necessidade de mudanças no que se refere as classificações das contingências segundo as regras estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25.

## **b Trabalhistas**

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2021 existem outros processos no montante de R\$ 830 mil, de mesma natureza avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão (Em 31 de dezembro de 2020, R\$ 1.067 mil).

## **c Fiscais**

Correspondem, a cobrança de impostos estaduais e municipais, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2021 existem diversos processos no montante de R\$ 45.654 mil, de mesma natureza avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, não havendo valores individuais relevantes, portanto, sem constituição de provisão (Em 31 de dezembro de 2020, R\$ 11.717 mil).

## **11 Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas, no caso de mútuo financeiro, são formalizadas através de contratos. As atualizações são feitas com base na taxa média de endividamento e realizadas em condições específicas determinadas pela Administração da Companhia. Portanto, a posição financeira e o resultado das transações refletem as condições estabelecidas nestas negociações. Se realizadas com terceiros, poderiam gerar resultados diferentes para a Companhia.

	2021	2020
<b>Ativo Circulante</b>		
Contas a Receber		
· Concessionária do Monotrilho da Linha 18 - Bronze S/A .....	-	3.537,08
· Primav Construções e Comércio S/A .....	13.057.509,27	13.057.509,27
· Santa Bárbara Construtora S/A .....	56.268.260,25	47.450.734,84
· Santa Bárbara Construtora S/A - Provisão para perdas .....	(56.268.260,25)	(45.847.084,81)
	<u>13.057.509,27</u>	<u>14.664.696,38</u>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
Créditos com pessoas ligadas		
· Primav Construções e Comércio S/A .....	-	23.884.474,59
	<u>-</u>	<u>23.884.474,59</u>
<b>Passivo Circulante</b>		
Fornecedores		
· Consórcio Binário Porto de Santos .....	5.326.885,64	5.326.885,64
· Consórcio Alças da Ponte .....	4.726.371,37	4.726.371,37
	<u>10.053.257,01</u>	<u>10.053.257,01</u>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Débitos com pessoas ligadas		
· Primav Construções e Comércio S/A .....	25.127.945,78	-
	<u>25.127.945,78</u>	<u>-</u>
<b>Resultado do exercício</b>		
Receitas financeiras		
· Primav Construções e Comércio S/A .....	359.672,39	1.444.668,22
	<u>359.672,39</u>	<u>1.444.668,22</u>
Despesas financeiras		
· Primav Construções e Comércio S/A .....	194.202,15	-
	<u>194.202,15</u>	<u>-</u>

- a Remuneração da Administração** - As despesas com remuneração da Administração da Companhia totalizaram R\$ 1.241 mil (R\$ 2.289 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020) correspondentes a salários, encargos e benefícios de curto prazo.

## 12 Transações com consorciadas

Os saldos de transações com consorciadas são representativos, essencialmente de diferenças entre aportes efetivamente realizados pelas empresas e/ou distribuição de resultados em valores superiores ou inferiores aos referentes a participação de cada consorciada em cada um dos empreendimentos. Os saldos ao final do exercício são assim representados:

**a Saldos ativos**

	2021	2020
Consórcio AHE Colider .....	24.647,47	68.394,66
Consórcio Construtor Linha 18 .....	29.302,87	29.302,87
Consórcio Corredor Zona Leste .....	56.101,67	56.001,67
Consórcio CR Almeida EMPA .....	3.958,32	3.958,43
Consórcio CR Almeida Via EMSA .....	966.949,19	837.069,09
Consórcio Mendes Júnior - Serveng - CR Almeida .....	0,97	0,97
Consórcio Equador .....	523.870,93	523.870,93
Consórcio Metrô SP .....	1.723.297,70	1.725.440,59
Consórcio MG-135 .....	832.501,90	832.501,90
Consórcio Monotrilho Estações .....	23.978,18	92.028,20
Consórcio Monotrilho SP L17 .....	4.235.323,56	3.817.705,55
Consórcio Monotrilho Linha 17 Pátio .....	2.055.650,55	2.069.650,56
Consórcio Monotrilho Manaus Construtor .....	271.311,73	271.311,73
Consórcio Monotrilho Manaus .....	636,35	-
Consórcio SA Paulista .....	7.046,13	7.046,12
Consórcio Viaduto Estaiado Curitiba .....	125,00	-
Consórcio VLT Cuiabá Civil .....	3.496.707,84	3.277.012,87
Consórcio VLT Cuiabá Pleno .....	153.012,66	-
	<u>14.404.423,02</u>	<u>13.611.296,14</u>

**b Saldos passivos**

	2021	2020
Consórcio CJC .....	5.449,83	5.449,83
Consórcio CR Almeida - COPA .....	132.763,82	132.763,82
Consórcio Mendes Júnior - Serveng - CR Almeida .....	130.790,89	130.790,89
Consórcio Monotrilho Manaus Pleno .....	222.602,21	222.775,76
Consórcio Nova Jacú-Sul .....	12.423,55	12.423,55
Consórcio Queiroz Galvão - CR Almeida .....	261.434,62	243.292,22
Consórcio Viaduto Estaiado Curitiba .....	9.902,73	9.902,73
Consórcio Viva São Gonçalo .....	7.272,87	7.272,87
Consórcio VLT Cuiabá Pleno .....	223.092,49	284.035,85
SCP - Sociedade Ibaítí .....	81.243,29	81.243,29
	<b>1.086.976,30</b>	<b>1.129.950,81</b>

**13 Patrimônio líquido****a Capital social**

O capital social no montante de R\$ 42.805.353,16, totalmente subscrito e integralizado é representado por 15.302.681.425 ações, sendo 15.266.126.777 ordinárias e 36.554.648 preferenciais. Durante o exercício social de 2021, o capital social que era de R\$ 517.277.632,19 foi reduzido em R\$ 474.472.279,03 para absorção de prejuízos acumulados.

**b Ajustes de avaliação patrimonial**

Refere-se a contrapartida do registro da mais valia de bens integrantes de propriedades para investimento e do ativo imobilizado apurados nos termos do ICPC 10. Sobre esses valores contabilizados a título de mais valia de propriedades para renda e ativos imobilizados, líquidos dos efeitos tributários, os valores vêm sendo realizados na mesma proporção da depreciação e/ou baixa dos bens que originaram o registro. Os saldos existentes ao final dos exercícios são assim compostos:

	2021	2020
Sobre a mais valia de ativos não circulantes .....	36.418,27	36.139,35
Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	(12.381,97)	(12.287,15)
	<b>24.036,30</b>	<b>23.852,20</b>

**14 Receita operacional líquida**

	2021	2020
Receitas de obras por empreitada e venda de mercadorias .....	550.968,76	1.991.521,76
Receitas de locações .....	202.438,87	2.156.722,53
Outras receitas .....	8.803.405,41	237.517,53
Impostos incidentes sobre as receitas .....	(250.934,66)	(267.211,61)
	<b>9.305.878,38</b>	<b>4.118.550,21</b>

## 15 Custos e Despesas gerais e administrativas - Por natureza

	2021	2020
Pessoal e encargos .....	5.895.861,57	11.135.018,25
Serviços de terceiros .....	9.825.912,28	10.106.833,71
Perdas (reversão de perdas) em ativos .....	10.421.175,44	2.134.950,33
Materiais .....	273.712,33	658.732,10
Locações .....	387.562,47	1.508.817,28
Tributos .....	3.170.230,04	984.411,94
Depreciações e amortizações .....	161.989,97	5.570.917,15
Seguros .....	1.844.517,11	1.898.197,01
Viagens, estadias e locomoções .....	46.292,46	148.191,57
Despesas legais, judiciais, publicações e assinaturas .....	686.068,37	559.946,67
Comunicações e tarifas de serviços públicos .....	79.063,50	331.041,26
Indenizações diversas .....	15.508.705,54	4.868.560,36
Contingências cíveis (Reversão) .....	44.035.161,42	(19.888,27)
Outros custos e despesas .....	152.156,40	112.422,24
	<b>92.488.408,90</b>	<b>39.998.151,60</b>
Classificados como:		
. Custo das atividades operacionais .....	54.197.028,95	17.413.001,21
. Despesas gerais e administrativas .....	38.291.379,95	22.585.150,39
	<b>92.488.408,90</b>	<b>39.998.151,60</b>

## 16 Outras receitas (ou despesas) operacionais líquidas

	2021	2020
Receita na alienação de bens do ativo não circulante .....	102.816,60	16.279.131,97
Valor residual do ativo não circulante baixado ou vendido .....	(14.557,38)	(5.950.075,92)
Provisões para contingências .....	(2.513.216,02)	68.281,02
Recuperação de despesas .....	286.697,38	6.221.951,08
Ganhos por registro de créditos em discussão a receber .....	2.127.957,45	4.034.206,22
Outros resultados .....	(439.549,54)	611.511,28
	<b>(449.851,51)</b>	<b>21.265.005,65</b>

## 17 Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
<b>Receitas financeiras:</b>		
. Empresas ligadas .....	359.672,39	1.444.668,22
. Aplicações financeiras .....	25.964,76	8.004,95
. Atualização de recuperação de créditos em discussão a receber .....	7.487.424,49	-
. Outras .....	54.133,63	52.929,74
	<b>7.927.195,27</b>	<b>1.505.602,91</b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
. Empréstimos e financiamentos .....	-	713.883,97
. Empresas ligadas .....	194.202,15	-
. Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas .....	(528.554,40)	1.222.968,72
. Outras .....	322.114,87	494.773,21
	<b>(12.237,38)</b>	<b>2.431.625,90</b>

## **18 Imposto de renda e contribuição social**

### **a Imposto de renda e contribuição social diferidos**

#### **a1 Impostos diferidos ativos**

Muito embora a Companhia, ao final do exercício mantenha prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e adições temporárias que gerariam créditos tributários, conservadoramente, os valores não vêm sendo contabilizados em razão da incerteza quanto à capacidade de realização dos correspondentes ativos fiscais.

#### **a2 Impostos diferidos passivos**

A Companhia reconheceu débitos tributários no passivo, nos termos do ICPC 10, sobre as diferenças temporárias decorrentes do registro da mais valia de ativos imobilizados, bem como pela diferença existente entre as taxas de depreciação permitidas pela legislação fiscal e aquelas constantes dos laudos de avaliação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos foram constituídos considerando a alíquota combinada de 34% (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%).

#### **a3 Resultado do exercício**

Os valores constantes na demonstração do resultado, calculados sobre as mesmas bases antes mencionadas são representativos das diferenças temporárias relacionadas com a mais valia de ativos.

## **19 Benefícios a empregados**

A Companhia, em conjunto com outras sociedades integrantes do mesmo grupo econômico ao qual pertence, mantém um Plano Coletivo de assistência complementar na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) junto ao Bradesco Vida e Previdência S/A. As contribuições da Companhia correspondem a 100% do valor aportado pelos funcionários e administradores. Tais contribuições totalizaram R\$ 163 mil (R\$ 289 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

O prazo de carência do plano PGBL é de no mínimo 5 anos de vínculo empregatício. Este plano se trata de plano de contribuição definida, sendo que a Companhia somente reconhece como despesa a contribuição devida quando o empregado tiver prestado serviços à Companhia.

## **20 Seguros**

A Administração da Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## **21 Ônus, Avais e Garantias**

A Companhia não possui ônus adicionais sobre seus ativos, tampouco figura como avalista e/ou garantidora de operações financeiras contratadas em benefício de outras empresas do Grupo.

Curitiba (PR), 31 de dezembro de 2021.

**ROGÉRIO SILVA CARVALHO**  
Diretor Técnico-Comercial

**MARCO AURÉLIO DA SILVA**  
Diretor Administrativo-Financeiro

**LUIZ DARIO MILLANI**  
Diretor de Operações

**ERICH LEOCADIO BENDLIN**  
Contador CRC.PR 041.457/O-0